

O PROFESSOR DO CAMPO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA

THE FIELD TEACHER AND THE PRECARIOUSNESS OF TEACHING WORK IN TIMES OF PANDEMIC

Ecília Braga de Oliveira¹

RESUMO: O artigo é o relato de experiência do exercício da docência em escolas públicas que atende ribeirão, quilombola, extrativistas do Município de Acará/PA, região do Baixo - Acará. O objetivo é descrever as situações enfrentadas pelos profissionais do magistério nesse período de pandemia da *Covid 19*. Bem como, narrar as mazelas da precarização do trabalho docente no século XXI, escancaradas pela pandemia histórica. O método utilizado no relato é o autobiográfico narrativo, o qual visa colaborar com a ciência da educação, trazendo novos conhecimentos e olhares sobre realidades e sujeitos. Durante a pandemia, os professores estão sendo cerceado do direito de participar do processo pedagógico, com imposições e ordens que reflete um sistema educacional verticalizado e autoritário, ignorando, inclusive, o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação/1996. Espera-se com isso que outros professores se encorajem a usar a escrita para relatar situações como esta, até que consigamos através da reflexão e do diálogo unir forças contra um sistema colonialista secular que precariza a escola, o trabalho docente, viola o direito à educação, principalmente, das populações tradicionais.

152

Palavras-chave: Professor do campo. Baixo-Acará. Precarização do trabalho docente.

ABSTRACT: The article is an account of the experience of teaching in public schools that serves riverside, quilombola, extractivists in the city of Acará / PA, Baixo - Acará region. The objective is to describe the situations faced by teaching professionals in this pandemic period at Covid 19. As well as, narrating the ills of the precariousness of teaching work in the 21st century, wide open by the historical pandemic. The method used in the report is the narrative autobiographical, which aims to collaborate with the science of education, bringing new knowledge and views on realities and subjects. During the pandemic, teachers are being restricted from the right to participate in the pedagogical process, with impositions and orders that reflect a vertical and authoritarian educational system, even ignoring what determines the Law of Directives and Bases of Education / 1996. It is hoped that other teachers will encourage themselves to use writing to report situations like this, until we succeed through reflection and dialogue to unite force against a secular colonialist system that precarizes the school, the teaching work, violates the right to education mainly from traditional populations.

Keywords: Professor of the field. Low-Acará. Precarious teaching work.

¹ Mestranda do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) – Universidade Federal do Pará - UFPA. Especialista em Análise Linguística e Estudos Literários pela Universidade Estadual do Pará – UEPA. Licenciada em LETRAS pela universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Professora de Língua Portuguesa, SEMED Acará/PA. E-mail: eciliasim@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

O Estado do Pará tem a segunda maior extensão territorial do país, com discrepâncias visíveis, entre as suas regiões, de acesso aos níveis escolares e aos bens tecnológicos. Pensemos no impacto que a falta de acesso à escola fará para os estudantes, principalmente, aos alunos do campo que não estão tendo a oportunidade de ter um ensino remoto.

Além das problemáticas já conhecidas que afetam o trabalho do professor das redes pública estaduais e municipais, como falta de tempo para o planejamento das aulas, carga horária de trabalho excessiva, formação e a infraestrutura precária das escolas - o que já vinham contribuindo para a precarização do trabalho docente, junto a isso, acrescenta-se o peso de vivenciar uma pandemia e a exclusão do professor das decisões pertinentes ao processo pedagógicas nas escolas do distrito do Baixo-Acará, município do Acará/Pa, que atende comunidades do campo, principalmente, ribeirinhos e quilombolas da Amazônia Paraense.

Nesse período foram encaminhados aos alunos materiais impressos organizados pelas equipes pedagógicas e professores para que atividades fossem realizadas em casa, com data de retorno para que os docentes pudessem acompanhar o processo da aprendizagem. Devendo haver aulas remotas para que essas atividades fossem orientadas. A educação remota ou on-line é conceituada por Santos (2014, p. 63) como “o conjunto de ações de ensino-aprendizagem, ou atos de currículo mediados por interfaces digitais que potencializam práticas comunicacionais interativas, hipertextuais e em mobilidade”. Pelos fatores que serão mencionados, esse ensino não está acontecendo.

Sem aulas remotas, a Secretaria do Município solicita não mais um acompanhamento, mas uma avaliação com registros de notas de duas atividades realizadas e duas a se realizar, sendo que as decisões foram tomadas sem qualquer discussão com os professores da rede de ensino. Não há que se avaliar porque não se tem conteúdo, aulas suficientes para isso. Não sabemos a finalidade, não temos resposta sobre progressão, aprovação, reprovação. Talvez seria o momento de atribuímos nota a ineficiência da rede municipal de ensino por não conseguir acessibilizar o ensino nesse período, nem de garantir o direito à educação

O objetivo do trabalho é relatar as situações enfrentadas pelos profissionais do magistério nesse período de pandemia da Covid 19. Uso a escrita como um ato de resistência como fez Carolina Maria de Jesus ao escrever “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”. Proponho-me a narrar as mazelas da precarização do trabalho docente no século XXI, mais percebida nesse momento da histórica. O método utilizado é a autobiográfico narrativo, o qual “visa a não apenas colaborar com a ciência da educação trazendo novas dimensões e

conhecimentos como também colocar o sujeito na posição de protagonista de sua formação e do processo de investigação sobre ela” (ESTEBAN, 2010, p. 153).

Dessa forma, o artigo está organizado em quatro partes: introdução; que traz um apanhado das partes, além de objetivos, metodologia, o contexto; as condições de trabalho do professor do Baixo- Acará; a pandemia mudou os rumos do ano letivo; quais as determinações da prefeitura para as aulas no município e, por fim, avaliação das atividades entregues.

1. As condições de trabalho do professor do Baixo-Acará

Desde o dia 18 de março de 2020 os professores do município do Acará, mais especificamente, da região do Baixo-Acará, área de difícil acesso, distante da sede do município não tem tido voz sobre quaisquer decisões que implica os rumos da escola e docência nesse período histórico da pandemia da Covid 19. O município é um dos maiores municípios do Pará, com históricos de lutas resistência como Cabanagem e o reconhecimento de terras quilombolas.

No entanto, essa extensão geográfica exige um olhar mais específico para cada comunidade. O que não vem acontecendo. O acesso às comunidades do Baixo- Acará, por exemplo, depende de transportes diversos, barco, moto, carro, rabetá² e outros. Para as comunidades Boa Vista e Itancozinho (Maracujá) não há transporte público. O passageiro chega nos portos do bairro do Guamá e Jurunas - Belém - paga o valor e entra no barco do seu fulano, beltrano e cicrano. Os professores, antes da pandemia tinham um contrato verbal com dono de uma embarcação que fazia o trajeto. O barqueiro é um morador da comunidade e um prestador de serviço independente. O valor era rateado entre os professores de acordo com a quantidade de dias que ele utilizava o transporte.

Isso tudo parece inacreditável, mas é real. O custeio do transporte é do bolso do próprio profissional da educação. Quanto a segurança e um transporte de qualidade, já dizia Maslow (1962) em sua pirâmide que retrata as necessidades do indivíduo, para se preocupar com outras necessidades, é preciso que as necessidades básicas sejam sanadas. Nesse caso, o emprego é a necessidade que supre as nossas necessidades básicas. Assim, trago o discurso de Carolina Maria de Jesus, “suporto as contingências da vida resoluta.

² Espécie de embarcações ou canoa a motor, utilizada nos rios da amazônia, conduzidas manualmente, com a ajuda de um bastão que determina as direções.

Eu não consegui armazenar para viver, resolvo armazenar paciência”. (JESUS, 1960, p. 15).

Como mais uma Carolina, não da favela sudeste, mas como parte de uma categoria que trabalha em comunidades subjugadas e esquecidas, que viveu de forma intensa o colonialismo e ainda não conseguiu romper com ele, busco armazenar paciência; mas não só isso, coragem e esperança de dias melhores, como canta Chico Buarque (1970) em sua canção Apesar de Você, a qual reverbera resistência, reflexão sobre a tirania, “amanhã há de ser um outro dia”

Esprei por alguma reunião (remotas) com a gestão municipal, com representantes da Secretaria Municipal de Educação (SEMED/Acará) para discutirmos as especificidades das escolas situadas no Baixo-Acará. Que espera ingênua! É como esperar a Coroa Portuguesa para se discutir o Brasil. Todas as ordens e informações chegavam em forma de Portarias, decretos ou outra informação repassada verticalmente de gestores em gestores até chegar ao “proletariado docente”, falo dessa forma porque é assim que me sinto. Passa-se anos estudando, discutindo currículo, avaliação, teorias variadas para chegar à escola e não ser ouvida. É como se o profissional da educação fosse o serviçal da gestão municipal.

Fui lotada na escola Boa Vista I, distrito do município, em abril de 2014. Os professores e a comunidade têm relações sociais culturais, comerciais e outros, predominantemente na circunscrição do município de Belém, capital do Estado do Pará e contígua à área rural do município do Acará, levando cerca de 15 à 45 minutos para se deslocar entre esses locais, dependendo do tipo de embarcação e da potência do motor que faz esse trajeto.

Após ser aprovada em concurso, cheguei à escola cheia de sonhos, sabia que não seria fácil, porque se quisesse vida fácil não seria na educação que encontraria regalias, mas não sabia que viveria situações que eu só conhecia dos livros de história. Em 2016 assumi outra escola no mesmo município, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro II- Quilombola, desdobrando-me em quatro dias da semana entre ambas. Em 2019 fui aprovada no Mestrado profissional em Letras - PROFLETRAS, o que me possibilitou refletir mais ainda sobre a prática que exerço e sobre a dura vida de um profissional que tem que se desdobrar entre estudar e trabalhar, tendo em determinadas situações que ignorar a formação, o conhecimento e obedecer ordens superiores, os quais se quer conseguem dialogar com o profissional que está à frente do processo pedagógico.

Nesse período delicado da nossa história, as dificuldades, algumas enfrentadas em tempos normais, mas hoje menos suportadas no momento atual por questões várias, perdas, incertezas, aflições nunca experimentadas nessa proporção. Dito isso cabe ressaltar que a Covid 19 escancarou as desigualdades sociais e a percepção da precariedade de ensino tanto para o

professor, como cerceando a possibilidade de aprendizado produtivo e significativo dos estudantes.

Além disso, outras problemáticas afetam o trabalho do professor da rede pública não só desse município: falta de tempo para o planejamento das aulas, carga horária de trabalho excessiva, formação e a infraestrutura precária das escolas - o que já vinham contribuindo para a precarização do trabalho docente, junto a isso, acrescenta-se o peso de vivenciar uma pandemia e a exclusão do professor das decisões concernentes ao processo pedagógicas.

2. A Pandemia mudou os rumos do ano letivo

No final de 2019 e início do ano de 2020 fomos acometidos pela covid-19, doença viral, com elevado poder de mutação, contaminação e altos índices de óbito. Levando-nos ao distanciamento social e a medidas mais drásticas como lockdown³, em alguns entes federados do Brasil. O Estado do Pará suspendeu as aulas em 17 de março de 2020, conforme entrevista concedida à Carol Menezes, site Agência Pará:

Estamos preparados para este momento, mas em respeito a todas as famílias, e em decorrência das ações de prevenção, estaremos suspendendo, até o próximo dia 31, as aulas da rede estadual de ensino. A medida vem em respeito a todos os servidores, alunos e seus familiares, pedindo que aproveitem esse momento para ficar em casa, evitar a circulação. Isto tudo colabora na prevenção (Helder Barbalho, Agência Pará, 17/03/2020)

A suspensão das aulas como medida de prevenção sem nenhum caso confirmado com orientações técnicas pelas Organização Mundial da Saúde (OMS), levou-nos a esperar que teríamos casos isolados de contaminação, assim, logo retornaríamos às rotinas de vida e profissionais. Todavia, vivenciarmos os picos da contaminação, com estatísticas apavorantes. Essa pandemia, de proporções históricas, nunca antes vivenciada em tal escala no século XXI, vem causando sofrimentos, estresses e incertezas. No Brasil, o Ministério da Educação reconhece e defende, por meio do Parecer 05/2020, a situação como estado de calamidade.

Em 18 de março de 2020, em observância aos dispositivos legais, a prefeitura de Acará emite o Decreto nº 19, suspendendo as aulas no município em que declara situação emergencial de saúde pública. Conseqüentemente, uma necessária e urgente adaptação para sobreviver a tudo isso se mostrava relevante, surge uma avalanche de coisas a se pensar.

³ Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública É uma imposição do Estado de bloqueio total, no cenário pandêmico, essa medida é a mais rigorosa para desacelerar a propagação do novo *Coronavírus*.

Com a lei 13.979⁴ que dispõe sobre o isolamento social e a quarentena, fomos obrigados a migrar para outros espaços, nossa casa passou a ser também a nossa sala de aula ou deveria ser, caso todos tivesse suporte tecnológico para tanto. Passamos a ter uma espécie de relacionamento mais recorrente com o ambiente virtual. Essa mudança compulsória alterou planos, rotinas e a escola. Mediante a isso, Freire (2000) propõe “se a mudança faz parte necessária da experiência cultural, fora da qual não somos, o que se impõe a nós é tentar entendê-la na ou nas suas razões de ser. Para aceita-la ou negá-la devemos compreendê-la [...]” (FREIRE, 2000, p.17).

O patrono da educação brasileira discorre sobre a necessária reflexão de entender esse momento da história mundial e, mais que isso, conclama-nos ao não comodismo mediante as mazelas sociais escancaradas nesse período pandêmico, principalmente, pelo MEC que não conseguiu mediar a situação, acirrando ainda mais os conflitos políticos e ideológicos.

Assim surgem as aulas remota para a Educação Básica (EB) como uma necessidade de dar continuidade ao ano letivo 2020. Uma possibilidade em meio às restrições impostas pela pandemia. No cenário atual, o ambiente virtual se mostra como locus de interação educativo é consequência da necessidade vigente, é o que afirmam Bueno e Gomes (2011, p.54).

A educação reflete as transformações da base material da sociedade e, por isso, não está acima da sociedade, mas consiste em uma dimensão concreta da vida material e que se modela em consonância com as condições de existência dessa mesma sociedade (BUENO; GOMES, 2011, p. 54).

Entretanto, um país com desigualdade social tão evidentes como o nosso, em que escolas e faculdades não chegam a todos os lugares, o ensino remoto como única alternativa de acesso ao conhecimento veiculado nas instituições de ensino precisa ser problematizado, viabilizado, juntamente com as condições dos alunos, dos docentes, das ferramentas digitais a serem mobilizadas.

Dessa forma, faz-se necessário discutir caminhos, alternativas, buscar parcerias e soluções conjuntas, sem cercear crianças, adolescentes e jovens do direito fundamental, o diretos à educação, e o acesso às tecnologias, essenciais nesse momento para que esse direito seja efetivado. O não cumprimento desse dever gera ciclos intermináveis de subalternização de grupos. Pensemos que “a pedagogia aceita a sugestão da antropologia: impõe-se pensar e viver “a educação como prática da liberdade” (FREIRE 1987, p. 12).

O Estado do Pará tem a segunda maior extensão territorial do país, com discrepâncias visíveis entre as suas regiões de acesso aos níveis escolares e aos bens tecnológicos, pensemos

⁴ Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

no impacto que a falta de acesso à escola fará para os estudantes. Principalmente aos alunos do campo que não estão tendo a oportunidade de ter um ensino remoto.

Embora tenhamos enfrentado a pior fase do pico da contaminação, ainda não temos direcionamento para a situação educacional nas escolas estaduais e municipais. De acordo com dados da Secretaria de Saúde do Estado do Pará – SESP

Corona vírus no Pará



Fonte: Vigilância Epidemiológica - SESP - Atualizado em 13/11/2020 às 18:00h

Como se pode observar, até a presente data, o número de contaminados é alto, o que torna inviável o retorno das aulas presenciais. Todavia, os órgãos competentes deveriam viabilizar o ensino remoto. Isso escancara a situação de alunos e professores das redes de ensino que têm pouco acesso à internet ou a internet é de baixa qualidade e ainda há os que não tem acesso; professores sem formação para lidar com as ferramentas digitais e quando se trata de alunos do campo a falta de acesso aos meios tecnológicos e à internet é pior.

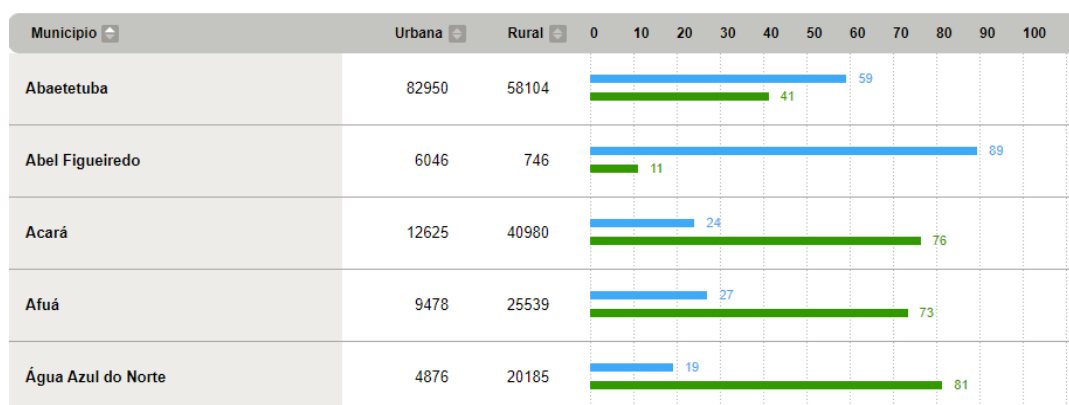
3. As determinações da prefeitura para as aulas no município

Nesse período foram encaminhados material impressos organizados pelas equipes pedagógicas para que atividades fossem realizadas em casa, com data de retorno para que os professores pudessem acompanhar esse processo. Devendo haver aulas remotas para que essas atividades fossem orientadas. A Educação remota ou on-line é conceituada por Santos (2014, p. 63) como “o conjunto de ações de ensino-aprendizagem, ou atos de currículo mediados por interfaces digitais que potencializam práticas comunicacionais interativas, hipertextuais e em mobilidade”. Pelos fatores já mencionado, esse ensino não está acontecendo.

As decisões tomadas pela SEMED não levou em consideração a especificidade desse município. Segundo o Censo de 2010, o Acará tem 76% da sua população rural. Tem

comunidades sem nenhum acesso à internet e as que têm, apresentam bastantes problemas de conexão. As reuniões na Secretaria de Educação do Municipal (SEMED), convocam apenas diretores e técnico para repassar “orientações” de como as atividades devem ser elaboradas. Um sistema organizacional verticalizado em que as ordens de poder são explícitas. Vejamos o Censo 2010 sobre o Município de Acará.

Habitantes por zona rural e urbana em cada município: Pará



Fonte: IBGE 2010

Um município com população tão diversa e especificidades de vidas no campo, que tem as peculiaridades locais ignoradas não pode ter o silêncio dos afetados. Entre as “orientações”, há até números de laudas por disciplinas para elaborar o material chamado cadernão. Mais uma vez cabe as sábias palavras de Chico Buarque (1970), “Hoje é você quem manda/Falou, tá falado/Não tem discussão”.

Os materiais devem ser encaminhados à equipe da SEMED/Acará para impressão, tendo um responsável da escola que ir buscá-los, cerca de 107 Km de estrada, em média 2:30 min. de viagem Belém - Acará (trajeto mais acessível). Totalizando 5h de tempo, levando-se em consideração o percurso de ida e volta, fora o tempo que se levará na secretaria para se resolver essas e outras coisas, mais o tempo em transporte fluvial de Belém à comunidade onde se localiza a escola. Resumindo, um dia inteiro pegando vários transportes com pesos absurdos (cadernões) por falta de uma impressora na escola que desse conta desse tipo de atividade ou que a prefeitura por intermédio de transportes oficiais se compromettesse a fazer a entrega nas comunidades.

O profissional da educação que trabalha em áreas de difícil acesso do município não recebe nenhum centavo a mais por isso, não tem nenhuma espécie de subsídio, auxílio transporte e ainda se submete a algumas decisões sem que elas tenham sido amplamente discutidas. Os motivos que levam a submissão são vários, alguns para colaborar com o trabalho de colegas que não têm como se opor ao mandatismo, obrigando-se a executar funções que não

competem a seu cargo. Outros porque são servidores contratados, comissionados, função de confiança e, há os que apenas não querem se dispor com a gestão escolar e/ou municipal.

Todos os diretores no município exercem cargos comissionados, sem eleições diretas, submetendo-se, de forma vassalar, à gestão municipal. Cargos prometidos em campanhas eleitoreiras ou indicados para tais fins. Parece inacreditável, mas a escola e a sua verdadeira missão política são atropeladas por formas coronelescas de gestão.

Em uma das escolas, a equipe de técnicos teve que ir de casa em casa de aluno entregar o material porque os pais não tinham meios de buscá-lo, os motivos são vários: transportes escolares suspensos, localidades bastante segregados, sem transportes públicos e de difícil comunicação. Tal fato é tão comum de acontecer, não sendo uma realidade de Acará, visto que, o portal G1 noticiou o caso de Nilton Leal Rodrigues, professor de história do município de Melgaço, no Marajó. O professor, ao fazer entrega de atividades escolares nesse período pandêmico, em uma rabeta, faleceu, o transporte que ele estava se chocou com outra embarcação. Outra professora também ficou gravemente ferida no acidente”. (Portal G1, 14 de set. 2020)

No Acará, os professores não assumiram essa responsabilidade, mas outros profissionais receberam o encargo. Arriscando-se a acidente como o caso do professor de Melgaço, a contaminação a *Covid 19*, passando todo tipo de apuros. Como se sabe, na Amazônia chove bastante, há ventos forte no rio, principalmente no mês de setembro. Ouvi relatos de colegas que em horário de almoço estavam no meio do rio, entregando o cadernão. O tempo que passam fazendo esse tipo trabalho, o desgaste, as horas dedicadas são bem maiores que se estivessem em suas rotinas normais.

4. Avaliação das atividades entregues

Diante do que vem sendo compartilhado, por incrível que pareça, nos dias 12 e 13 de novembro de 2020 fomos surpreendidos pelas equipes pedagógicas de duas escolas polos do Baixo-Acará. Foi-nos repassado informações sobre avaliações das atividade. Os dois cadernões encaminhados aos alunos foram considerados insuficientes pela SEMED/ Acará para os registros de acompanhamentos, solicitando mais dois provões que eles optaram por chamá-los de simulados. Mais uma vez com número de laudas definidos por disciplinas. Aos professores cabe apenas executá-los.

Achamos tudo um absurdo sem precedentes. Como avaliar alunos que não tiveram aula desde março? Os alunos não têm acesso a internet para se fazer pesquisas, não tem livros suficientes em casa, Alguns os pais pouco frequentaram escola, o que torna esse

acompanhamento familiar das atividades mais difícil... Questionamos, mas questionar para quem se as duas reuniões foram mediadas pelas coordenadoras das escolas, as quais encontram-se assoberbadas, formatando essas centenas de laudas, tendo que ir na sede do município para imprimí-las ou buscá-las.

Quando se fala em escola democrática, compreende-se que toda a comunidade escolar deve ser envolvida nas decisões da escola. A LDB em seu Art. 13, I a V diz:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional (BRASIL, 1996, Art. 13, I a V)

Se aos alunos está sendo negado o direito à educação, aos professores está sendo cerceado o direito de participar da elaboração da proposta pedagógica. Sendo que o plano de trabalho deveria ser de acordo com a proposta do estabelecimento de ensino. A pergunta que cabe: como unir forças em um período nunca vivenciado, em que as intuições funcionam de forma limitada. A gestão municipal está mais preocupada com reeleição que com os problemas educacionais. A três dias das eleições municipais 2020, estamos sendo cobrados a fazer avaliação do aluno, lançar notas como se isso fosse simples, corriqueiro e uma prática desnecessária de fundamentações.

A avaliação do desempenho dos alunos é um processo sério, que exige responsabilidade. Deveria possibilitar novos olhares e conduzir a novos caminhos, como parte do processo de ensino-aprendizagem, o que é confirmado pelo disposto no Art. 24, V, 'a', da LDB, in verbis:

Art. 24. A verificação do rendimento escolar observará critérios, dentre eles podemos destacar:

- V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:
 - a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais (BRASIL, 1996, Art. 24, V)

Segundo Sant'Anna, avaliação é “um processo pelo qual se procura identificar, aferir, investigar e analisar as modificações do comportamento e rendimento do aluno, do educador, do sistema, confirmando se a construção do conhecimento se processou, seja este teórico (mental) ou prático”. (SANT'ANNA, 1995, p.29, 30). Dessa maneira, avaliação permite fazer um diagnóstico para sanar as dificuldades do processo de aprendizagem, no sentido teórico e prático.

Para Libâneo avaliação significa

A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume a realização de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle em relação as quais se recorrem a instrumentos de verificação do rendimento escolar. (LIBÂNEO, 1994, p. 195).

Diante das conceituações, a avaliação é um processo que exige reflexão sobre a qualidade do trabalho escolar, tanto do aluno quanto do professor, gerando mudanças significativas.

Os três tipos de avaliação mais conhecidas são diagnósticas, a formativa e a somativa. A diagnóstica, de acordo Kraemer (2006), baseia-se em averiguar a aprendizagem dos conteúdos propostos e os conteúdos anteriores que servem como base para criar um diagnóstico das dificuldades futuras, permitindo então resolver situações presentes. Para Blaya (2007) a avaliação formativa não deve assim exprimir-se através de uma nota, mas sim por meio de comentários. Já avaliação somativa “manifesta-se nas propostas de abordagem tradicional, em que a condução do ensino está centrada no professor, baseia-se na verificação do desempenho dos alunos perante os objetivos de ensino estabelecidos no planejamento”. (WACHOWICZ e RAMANOWSKI, 2003, p. 124,125).

Dessa forma, em nenhum desses tipos se encaixa a avaliação determinada em Acará. Não há que se avaliar porque não se tem conteúdo, aulas suficientes para isso. Não sabemos a finalidade, não temos resposta sobre progressão, aprovação, reprovação. Talvez seria o momento de avaliarmos como sair dessa situação. O ideal seria que a gestão municipal investisse em formação de professores remotamente, já que com os discentes do Ensino Fundamental, por falta de recursos tecnológicos e à internet, não foi planejado, viabilizado ao longo de sete meses as aulas remotas.

De tudo fica uma certeza, avaliação nenhuma tem finalidade de documentar os municípios para se eximir de futuras responsabilidades por não cumprimento do seu dever e, de cercar alunos e professores o direito à educação e o direito a mediar o conhecimento.

Considerações finais

As condições de trabalho do professor da escola pública têm se mostrado precárias ao longo da história, por fatores como carga horária excessivas, turmas lotadas, falta de estrutura, discursos ofensivos contra a categoria, remuneração e muitas outras situações. Quando se trata de docentes que atuam em escolas do campo os problemas são piores. Em tempos da *Covid 19* mais precarizado o ofício está.

O direito a educação daqueles que mais precisam, alunos de escola pública, está sendo violado. A pandemia mudou os rumos do ano letivo, acentuando as desigualdades sociais daqueles que não têm os acessos aos bens tecnológico e a internet.

As determinações da SEMED Acará/PA para as atividades nesse período foram tomadas sem a presença dos professores, mostrando-se um sistema organizacional verticalizado de poder e opressão, similar ao coronelismo. Impondo-nos prazos, data para se lançar notas, ignorando a essência do processo avaliativo, as condições para isso e a realidade do Município, 76% da população são moradores de zonas rurais, segundo censo de 2010.

Dessa forma, é preciso que reflitamos que a avaliação de atividades em período algum, inclusive em caráter emergencial de calamidade pública, deve ter como finalidade documentar os municípios para se eximir de futuras responsabilidades por não cumprimento do seu dever e, de cercear alunos e professores o direito à educação e o direito a mediar o conhecimento.

Referências

BLAYA, Carolina. **Processo de avaliação. Prática educativa**, 2004. Disponível em: http://www.ufrgs.br/tramse/med/textos/2004_07_20_tex.htm. Acesso em: 10 Nov. 2020

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Conselho nacional de Educação. **Parecer 05 de 2020**. Que trata da reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19

BRASIL, **Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pela pandemia que iniciou em 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm. Acesso: 13 set.2020.

BRASIL. **Decreto Legislativo Nº 6, de 2020.** Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020

ACARÁ/PA. **Decreto nº 19, de 18 de março de 2020.** Declara situação de emergência em Saúde pública no Município de Acará/PA, em decorrência da infecção humana pelo novo vírus COVID-19 (Coronavírus) e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia. Disponível em: [https://acara.pa.gov.br/categoria/atos-oficiais/decretos/..](https://acara.pa.gov.br/categoria/atos-oficiais/decretos/) Acesso em 14 de nov. 2020.

Censo IBGE. **Habitantes por zona rural e urbana em cada município:** Pará. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/censo-2010/populacao-urbana-e-rural/pa>. Acesso em 14 de nov. 2020.

ESTEBAN, M. P. S. **Pesquisa qualitativa em Educação:** fundamentos e tradições. Porto Alegre: AMGH, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

BUARQUE, Chico. **Apesar de você,** 1970 Disponível em: <https://www.letras.mus.br/chico-buarque/7582/>. Acesso em: 16 de nov. 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo – diário de uma favelada.** São Paulo: Francisco Alves, 1960

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Avaliação da aprendizagem como construção do saber.** 19/07/2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994. 2ª edição

MASLOW, A. **Introdução à psicologia do ser.** Rio de Janeiro: Eldorado, 1962.

MENEZE, Carol. Governo do Pará suspende aulas na rede estadual. Site Agência Pará. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/18460/>. Acesso em 13 de nov. 2020.
Portal G1. Professor morre em acidente de rabetá enquanto entregava atividades para estudantes sem aula no PA. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/09/14/professor-morre-em-acidente-de-rabetá-enquanto-entregava-atividades-para-estudante-sem-aula-no-pa.ghtml>. Acesso em 13 de nov.2020.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar?: Como avaliar?: Critérios e instrumentos.**3ª Edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SANTOS, Edméa O. **Pesquisa-formação na cibercultura.** 1. ed. Santo Tirso: Whitebooks, 2014. V. 1. 202p

Vigilância Epidemiológica - SESPA. Corona Vírus no Pará. Disponível em: <https://www.covid-19.pa.gov.br/#/>. Acesso em 13 de nov. 2020